

UMA ANÁLISE SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E OS EFEITOS DA PRODUÇÃO DO DIPLOMA COMO UM SIGNO DE DISTINÇÃO SOCIAL

UN ANÁLISIS SOBRE LA FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y LOS EFECTOS DE LA PRODUCCIÓN DEL DIPLOMA COMO SEÑAL DE DISTINCIÓN SOCIAL

ANALYSIS ON THE FINANCIALIZATION OF HIGHER EDUCATION AND THE EFFECTS OF THE PRODUCTION OF THE DIPLOMA AS A SIGN OF SOCIAL DISTINCTION

Janaina de OLIVEIRA¹
Natalia CASAGRANDE²
Maria Teresa Miceli KERBAUY³

RESUMO: A contemporaneidade trouxe transformações nas relações sociais, ciência, tecnologia e educação, produzindo uma nova economia cultural mundanizada e complexa. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão entre os sentidos da expansão do ensino superior bem como a financeirização do setor que passa a conceber o ensino como um negócio lucrativo. Esse cenário insere-se nos efeitos da mundialização das finanças, principalmente no ensino superior privado após os anos 2000, quando este setor vivencia a mercadorização e o crescimento de empresas educacionais que desvalorizam o conhecimento em função do lucro, produzindo um ensino de baixa qualidade. Na sociedade capitalista, os bens de consumo carregam em si categorias sociais e valores culturais visto que os altos padrões de consumo entram na competição pelo status de diferenciação social. Isto significa que o consumo via educação possui um valor que é utilizado como signo distintivo perante os seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: Distinção social. Educação superior. Expansão do ensino. Mundialização do capital.

RESUMEN: *La contemporaneidad ha traído transformaciones en el campo de las relaciones sociales, la ciencia, la tecnología y la educación, produciendo una nueva economía cultural mundana y compleja. Se destaca, en este trabajo, que uno de los efectos de la globalización/globalización de las finanzas en la educación, especialmente en la educación superior privada a partir de fines de la década de 1990, fue que el sector experimentó un proceso de mercantilización y el crecimiento de empresas educativas que devalúan el conocimiento con fines lucrativos, produciendo una educación de baja calidad. En la sociedad capitalista, los bienes de consumo considerados en este texto, la educación, llevan en sí mismos*

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3244-6109>. E-mail: janalive@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília – SP – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8939-1540>. E-mail: nmcasagrande@gmail.com

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0622-1512>. E-mail: teresa.kerbauy@gmail.com

categorías sociales y valores culturales, ya que los altos patrones de consumo compiten por el estatus de diferenciación social. Esto significa que el consumo a través de la educación tiene un valor que se utiliza como signo distintivo ante sus integrantes. Las nuevas facultades que se constituyeron como empresas, utilizando el área educativa con el fin de obtener ganancias y la enseñanza pasa a ser entendida como una mercancía -un producto disponible para diferentes públicos y significados- lo que generó una diferenciación social de los títulos. Así, estos títulos materializados en diplomas pueden no tener el efecto simbólico necesario para generar distinción en el ámbito comercial y social. Esto significa que el consumo a través de la educación tiene un valor que se utiliza como signo distintivo ante sus miembros.

PALABRAS CLAVE: *Distinción social. Educación universitaria. Expansión de la enseñanza. Globalización del capital.*

ABSTRACT: *Contemporaneity has brought transformations in the field of social relations, science, technology and education, producing a new mundane and complex cultural economy. It is noteworthy, in this work, that one of the effects of the globalization/globalization of finance in education, especially in private higher education after the late 1990s, was that the sector experienced a process of commodification and the growth of educational companies that devalue the knowledge for profit, producing low quality education. In capitalist society, the consumer goods considered in this text, education, carry within themselves social categories and cultural values, as high consumption patterns compete for the status of social differentiation. This means that consumption via education has a value that is used as a distinctive sign before its members.*

KEYWORDS: *Social distinction. College education. Expansion of teaching. Globalization of capital.*

Introdução

O ensino superior sofreu mudanças a partir dos anos 1990 devido ao processo de globalização e a chegada da sociedade do conhecimento, fazendo com que esse setor recebesse maior reconhecimento nos sistemas nacionais de ensino. Esse contexto foi favorável ao projeto expansionista que passou a ser visto como um importante instrumento aliado às políticas econômicas e sociais, principalmente no que se refere à promoção da mobilidade social, ascensão por meio da qualificação profissional e redução da desigualdade de oportunidades com a criação de diferentes políticas de acesso à universidade pública e privada. O desenvolvimento dessas ações contribuiu para a inclusão de pessoas de diversas classes sociais, negros e indígenas no ensino superior e motivou governos de diferentes países a conceber a educação superior como um princípio fundamental de competitividade econômica entre os países.

A contemporaneidade trouxe consigo transformações no campo das relações sociais e, dentre outros, também da ciência, economia, educação e moral. Ressalta-se a contextualização das transformações da sociedade e do capitalismo que engendraram a presente discussão. Para Giddens (1991), o capitalismo moderno é um sistema de produção de mercadorias, centrado na relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado, sem posse de propriedade, formando o eixo principal de um sistema de classes.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão entre os sentidos da expansão do ensino superior privado bem como a financeirização do setor que passa a conceber o ensino como um negócio lucrativo devido à sua rentabilidade e crescimento no mercado financeiro. Esse movimento atraiu diversos investidores de diferentes setores e grupos internacionais da área educacional. As consequências desta expansão também são apresentadas, a seguir, a partir da discussão do valor do diploma como signo distintivo na sociedade contemporânea.

Partimos da discussão sobre as transformações no campo da cultura e da Educação por meio das discussões apresentadas por Arjun Appadurai (2004) e Anthony Giddens (1991) para contextualizar o processo da globalização na sociedade contemporânea; Mary Douglas (2004) sobre o consumo e a utilização do bens em diálogo com Pierre Bourdieu sobre o valor do diploma; e também com Boltanski e Chiapello (2009) para descrever a discussão sobre o acúmulo do capital e sua representação como signos de poder nas formas concretas da riqueza, visando a transformação permanente desse capital. E, finalizando a discussão apresentada, utiliza-se Boaventura de Souza Santos (2013), entre outros autores, para contextualizar o processo de mercadorização do ensino e a expansão da educação superior privada no Brasil diante das questões apresentadas.

Com o intuito de analisar os textos escolhidos para a realização desse trabalho foi utilizada a técnica de revisão bibliográfica, a qual está fundamentada em diversos estudos exploratórios a partir da técnica de análise de conteúdo. Assim, entendemos que a principal vantagem da utilização da pesquisa bibliográfica é a ampliação dos fenômenos dos quais não teríamos um acesso direto. Isto significa que a revisão bibliográfica (ou da literatura), busca identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes (GIL, 2008). Dessa forma, justifica-se a escolha por estar inscrito no estudo de obras científicas recentes disponíveis sobre os temas que tratam da expansão do ensino superior privado e introdução dos grupos educacionais no mercado financeiro.

Capitalismo, cultura e a mercadorização do ensino superior

De acordo com Giddens (1991), a Globalização, comumente debatida no contexto contemporâneo, é intensificadora das relações sociais em escala mundial, ligando locais distantes, fazendo com que acontecimentos locais sejam modelados por eventos que ocorrem à milhas de distância, apresentando-se como um fenômeno inerente da modernidade. Para o autor, o capitalismo foi uma influência globalizante fundamental em função de ser uma ordem econômica, e não política. Foi capaz de penetrar em áreas distantes do mundo onde os Estados de sua origem não poderiam fazer valer de maneira integral sua influência política. Os primordiais centros de poder na economia mundial são Estados capitalistas, nos quais o empreendimento econômico capitalista é o principal meio de produção.

A globalização da cultura não é o mesmo que a sua homogeneização, mas a globalização requer o uso de uma série de instrumentos de homogeneização (armamentos, técnicas publicitárias, hegemonias linguísticas, maneiras de se vestir) que são absorvidos pelas economias políticas e culturais locais apenas para serem repatriadas como diálogos heterogêneos de soberania nacional, livre iniciativa e fundamentalismo em que o Estado desempenha um papel delicado na abertura aos fluxos globais, e o Estado-nação é ameaçado pela revolta. No geral, “o Estado tornou-se o árbitro desta repatriação da diferença (sob a forma de mercadorias, anúncios, frases publicitárias e modas). Mas esta repatriação ou exportação [...] e da homogeneização que, as mais das vezes, se esgota em discussões sucessórias” (APPADURAI, 2004, p. 63-64).

A universidade está inserida no contexto da globalização e do capitalismo de finanças, fazendo com que, ao estabelecer um diálogo entre o capitalismo e a mercadorização do ensino e seus efeitos na produção do conhecimento na universidade, produza, conseqüentemente, uma diferenciação no valor do diploma. Assim, recorreremos aos autores Boltanski e Chiapello (2009) para definirmos os sentidos do capitalismo na sociedade contemporânea, ou como os autores definem, “o novo espírito do capitalismo”; estabelecendo um diálogo com a expansão das universidades; Mary Douglas e Isherwood (2004) com sua contribuição para o uso dos bens e relação com o consumo; Pierre Bourdieu (2002) para a distinção social e a relação entre capital cultural e econômico; e Bourdieu e Boltanski (1998) com a contribuição sobre o valor do diploma e o cargo – posição social dos indivíduos - entre outros autores para contextualizar o valor mercadológico assumido por algumas instituições de ensino superior.

Entende-se que a definição mínima de capitalismo é, teoricamente, qualquer um que possua um excedente e o invista para extrair um lucro que venha a aumentar o excedente inicial.

O exemplo típico disso é o acionista que aplica seu dinheiro numa empresa e fica à espera de uma remuneração, mas o investimento não assume necessariamente essa forma jurídica. “O pequeno aplicador, o poupador que não quer que seu "dinheiro fique parado," mas "dê cria" [...] portanto, ao grupo dos capitalistas tanto quanto os grandes proprietários [...]. Assim, o grupo capitalista reúne um conjunto dos detentores de um patrimônio rentável” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 37).

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), “o espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação” que são coerentes no local estabelecido. As definições dos autores podem ser aplicadas para compreender as práticas locais ou globais que dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. Isso produz uma “ideologia dominante”, para que os dominadores garantam seus objetivos e o consentimento dos dominados, reconhecendo que a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apoiem os mesmos esquemas para representar o funcionamento da ordem estabelecida.

É por meio desta relação entre contemporaneidade/capitalismo que Giddens (1991) discorre a respeito das instituições modernas. Assim, Giddens (1991, p. 115) cita que:

Dentro das diversas esferas das instituições modernas, os riscos não existem apenas como casualidades resultantes de operações imperfeitas de mecanismos de desengate, mas também como arenas de ação "fechadas", institucionalizadas. Os mercados de investimentos representam facilmente o exemplo mais proeminente na vida social moderna. Todas as firmas de negócios, com exceção de certos tipos de indústria nacionalizada, e todos os investidores, operam num ambiente onde cada um tem que prever os lances dos outros no sentido de maximizar os lucros.

Desse modo, o acúmulo do capital não consiste num amontoamento de riquezas - objetos desejados por seu valor de uso ou como signos de poder, mas nas formas concretas da riqueza (imobiliária, bens de capital, mercadorias e moeda) cujo único objetivo que importa realmente é a transformação permanente desse capital. Para os autores, isto significa que o movimento do Capitalismo incorpora o utilitarismo à economia, o que possibilita a aceitação de tudo o que é benéfico ao indivíduo, sendo também benéfico à sociedade. Ou seja, por analogia, tudo o que produz lucro (portanto, serve para o capitalismo, conseqüentemente, servirá à sociedade). Nessa perspectiva, só o crescimento das riquezas, seja qual for o seu beneficiário (empresa, grupo de acionistas ou proprietário individual), é considerado um critério do bem comum. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

As instituições de ensino superior (IES) particulares, inseridas no contexto acima, deixaram evidente que possuíam abertamente fins lucrativos a partir do que alguns autores denominaram de “empresas educacionais”, oferecendo produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado. Isto enfatiza que o seu funcionamento é similar a qualquer outra empresa - vender um produto, possuir competição no mercado e, como propósito final, obter lucro.

Para Martins (1981, p. 80), os IES: “[...] se constituíram como empresas privadas capitalistas [...] voltadas para a procura de rentabilidade, utilizando a área educacional [...] com a finalidade de obtenção de lucro e de acumulação de capital. É interessante destacar que estas instituições foram denominadas de “universidades mercantis”. Destaca-se que a lógica da oferta de ensino superior nesses estabelecimentos se prende antes às exigências do mercado, as quais são associadas à perda de autonomia (e mesmo de influência) do corpo acadêmico no setor privado empresarial, o que soa como uma ameaça ao próprio *ethos* universitário.

Após a primeira década dos anos 2000, ficou evidente as pretensões das faculdades particulares em relação ao campo financeiro. Dessa forma, no período citado, verifica-se a formação de oligopólios por meio da criação de redes de empresas através da “[...] compra e (ou) fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores” (CHAVES, 2010, p. 483). A migração de grupos/investidores de outros setores do mercado financeiro para o setor educacional se justifica pelo crescimento do setor e por ser favorável à rentabilidade que se apresentou nas últimas décadas, passando a ser um setor de investimento mais “seguro”.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do setor privado de ensino superior foram os baixos investimentos realizados pela União na área da educação superior, em grande medida ditados pelo processo de ajuste fiscal dos anos 1990, os quais eram referendados pelas orientações emanadas dos organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sendo que os gastos em educação nos países em desenvolvimento deveriam limitar-se ao ensino básico. Com isso, aprofundou-se o fosso existente entre a crescente demanda por educação superior e a oferta de vagas pelas IES públicas, abrindo-se, assim, espaço para a expansão do setor privado.

Dessa forma, após a promulgação da Lei nº 9870/1999⁴ que faculta a operação no setor de ES de empresas com fins lucrativos listadas na bolsa de valores, houve uma transformação na realidade deste setor. No campo Educacional surgem as companhias de capital aberto, as S.A ou grupos educacionais, as quais estão organizadas de diferentes maneiras com relação à

⁴ Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares. Essa lei ficou popularmente Lei das S.A. da Educação.

propriedade, controle e nacionalidades. Assim, existem aquelas que abriram o capital em bolsa de valores brasileira – BM&Bovespa⁵ – e possuem matriz também no Brasil. Essas companhias, apesar de terem como investidores fundos internacionais, são consideradas empresas nacionais, pois além de ter o capital aberto na bolsa brasileira, também possuem sua matriz em território nacional. (CALEFFI; MATHIAS, 2017).

Essas grandes empresas, sem exceções do setor de atuação, que se apresentam como oligopolistas estão completamente inseridas na lógica do *financeira capital*, ou seja, o capital de investimento financeiro que é gerido pelas instituições financeiras, cuja compreensão insere-se da definição do conceito marxiano de capital portador de juros. Isto relaciona-se à *financeira qua* *financeira* que representa

processos associados com e resultantes do crescimento espetacular, [...] de ativos (títulos, ações, derivativos) possuídos por empresas financeiras (grandes bancos e fundos), mas também pelos departamentos financeiros das empresas transnacionais e dos mercados específicos em que operam (CHESNAIS, 2016, p. 1 apud LOPYDA, 2018, p. 334).

A introdução do setor educacional no mercado financeiro iniciou-se com os grupos educacionais que, no início, não tinham legitimidade nesse campo⁶, o qual é caracterizado pelas lutas concorrenciais entre os agentes, em torno de interesses específicos (BOURDIEU, 1983). Contudo, destaca-se que a confiança conquistada no mercado pelos Grupos de empresas ou acionistas de diferentes setores atribui-se à gestão realizada por administradores profissionais que trouxeram das empresas de mercado as contribuições para racionalizar processos e reduzir custos operacionais, com foco em reproduzir o capital financeiro de seus investidores, conforme define Chesnais (1996).

Para o setor educacional não foi diferente. Com a formação dos grupos educacionais, após a realização de compras e/ou fusões de faculdades, esses estabelecimentos se projetaram no mercado financeiro por meio da *expertise* que seus gestores possuíam com experiências em outras organizações.

A expansão do ES por meio dos grupos educacionais e da multiplicação de instituições de médio e pequeno porte impactou diretamente no funcionamento e na oferta de ensino nas

⁵ BM&F significa Bolsa de Mercadorias & Futuros. É conhecida como "Bolsa de Valores".

⁶ De acordo com Bourdieu (1983, p.119-120), “Os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes [...]. Há leis gerais dos campos: campos são diferentes [...]. [] . Mas sabemos que em qualquer campo descobriremos uma luta cujas formas específicas terão de ser investigadas em cada caso entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência”.

diferentes regiões do país, o que proporcionou a massificação do setor. Isto implica diretamente na produção de conhecimento, visto que o fator qualidade do aprendizado é deixado de lado para privilegiar o financeiro. O cenário é a precarização do ensino tanto para a aquisição de conhecimento pelos alunos quanto para as condições de trabalho docente oferecidas aos professores para se inserirem na lógica do capital.

A formação universitária passa a ter uma diferenciação social na sociedade contemporânea, sobretudo após a criação de diferentes tipos de IES. Contudo, esse contexto evidencia também o crescimento de IES privadas com finalidades “puramente” mercadológicas, caracterizando-se como “fábricas de diplomas”, na definição de Boaventura de Sousa Santos. O tópico, a seguir, apresenta a relação do valor do diploma de ensino superior e a cultura do consumo.

Relação entre o consumo e a distinção social do diploma

A cultura se expressa em consumo e, nessa análise, a educação passa a ser entendida aqui como um produto disponível na sociedade para ser consumida de acordo com os padrões sociais, econômicos e signos distintivos dos respectivos alunos que estão materializados na figura de clientes. Assim, na sociedade capitalista, os bens de consumo carregam em si categorias sociais e valores culturais. Trata-se de uma “[...] cultura em que os altos padrões de consumo entram na competição pelo status social diferenciado” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 87). Neste contexto, os autores não se referem à cultura como influência em um tipo específico de consumo (como as relações de troca das sociedades primitivas de Mauss), mas como aquilo que podemos denominar cultura do consumo, as quais possuem decisões vitais ao presente.

De acordo com Bourdieu (1994), na sociedade contemporânea, o consumo possui um valor que é utilizado como signo distintivo perante os seus membros. Assim, é nessa dimensão homem e cultura dotada de considerável significância que concluímos a discussão como sendo a cultura: “[...] um padrão possível de significados herdados do passado imediato, um abrigo para as necessidades interpretativas do presente” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 111).

No que se refere à forma como a cultura de consumo se firma na sociedade, Pierre Bourdieu (1994) faz considerações a respeito do discurso e da forma como este se objetiva em âmbito social. Há, segundo o autor, uma estrutura carregada de símbolos por trás da sociedade que se pauta no consumo. Por meio de um sistema simbólico, o discurso daquele que pretende convencer se objetiva para que a cultura consumista possa se firmar.

Dessa forma, o consumo pode ser entendido como um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei; temos um conceito que viaja extremamente bem, pois é adequado aos usos paralelos em todas aquelas tribos que não têm comércio. Assim, “As pessoas criadas numa cultura particular veem mudar durante suas vidas: novas palavras, novas ideias e maneiras. A cultura evolui e as pessoas desempenham um papel na mudança. O consumo e a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p.102-103)

O consumo está inscrito na cultura de cada sociedade e, dessa forma, as opções de consumo espelham julgamentos relacionados à moral e ao valor culturalmente apresentados. Em decorrência dessa relação entre consumo e cultura de determinado grupo, ressalta-se que a função dos bens que vai além destes enquanto necessários para subsistência vem também para traçar as relações entre indivíduos e grupos. O ato de consumir não deve ser analisado isolado, mas associado aos processos sociais como um todo, o que torna os bens a parte visível da cultura (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Nessa perspectiva, por analogia à discussão entre consumo e cultura apresentada, afirma-se que a relação entre mercado, diploma e bens na sociedade é marcada por contradições e valores simbólicos. Enquanto os bens representam a materialidade visível à sociedade, o diploma apresenta-se a partir de uma dimensão simbólica. A respeito desta afirmação, a citação a seguir ressalta:

O valor que [os diplomas] recebem no mercado de trabalho depende tão mais estritamente de seu capital escolar quanto mais rigorosamente codificada for a relação entre o diploma e o cargo. Ao contrário, quanto mais fluidas e incertas forem a definição do diploma e do cargo, portanto, sua relação, como no caso das novas profissões (profissões de representação, etc.), mais espaço sobra para as estratégias de blefe; mais possibilidades terão, por exemplo, os detentores de capital social (relações, hexis corporal, etc.), de obter um rendimento elevado de seu capital escolar (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1998, p. 134).

Neste sentido, de acordo com Bourdieu (1998), há uma relação entre o diploma e o cargo que pode ser apontada como objeto de uma luta, que acontece dentro de determinado campo, expressa pelos vendedores de trabalho e suas tentativas de valorizarem seus diplomas e seus respectivos compradores que aspiram obter, pelo menor preço, as capacidades garantidas por esses diplomas.

Douglas e Isherwood (2004) afirmam não ter sentido a própria fala, a menos que essa seja adequada à informação buscada pelo ouvinte, a partir do entorno do falante-espaçamento, temporalidade, orientação, roupas, comida e assim por diante. Isto significa que a cultura, nesse

contexto, é um padrão possível de significados herdados do passado imediato, um abrigo às necessidades interpretativas do presente. Diante desta afirmação, pode-se questionar: qual a validade do diploma se este não for adequado à informação buscada pelo comprador? Em outras palavras, qual o valor do diploma caso este não se apresente como eficiente para o comprador vir a ocupar o cargo ao qual aspira?

Há uma imposição de títulos, caso particular do efeito de atribuição estatutária, positiva (enobrecimento) ou negativa (estigmatização), que todo grupo produz ao fixar os indivíduos em classes hierarquizadas (BOURDIEU, 2017). O mercado, aproveitando-se desta imposição, vende estes títulos, os quais podem não apresentar o efeito simbólico necessário para vir a gerar a distinção em âmbito mercadológico e social. A sociedade impõe a apresentação do diploma, mas este nem sempre é cercado pelos símbolos distintivos necessários. Para ilustrar a discussão, convém citar a seguinte passagem de Bourdieu (2017, p. 28):

Definidas pelos títulos que as dispõem e os legitimam a ser o que são, que transformam o que fazem na manifestação de uma essência anterior e superior a suas manifestações, segundo o sonho platônico da divisão das funções baseadas em uma hierarquia dos seres, eles estão separados, por uma diferença de natureza, dos simples plebeus da cultura que, por sua vez, estão votados ao estatuto, duplamente desvalorizado, de autodidata e de “substituto”.

Dessa forma, os indivíduos que pertencem à nobreza escolar trazem na essência o título de homens cultos juntamente com a aceitação das exigências que estão inscritas no contexto ao qual pertencem de forma implícita de acordo com o prestígio do título (BOURDIEU, 2017). Assim, ao estabelecer uma relação entre o diploma e o cargo, o sistema de ensino introduz, pouco a pouco, todas as profissões – mesmo as menos racionalizadas e as mais abandonadas à pedagogia tradicional – no universo hierarquizado do certificado e tende a produzir em razão do seu movimento natural e estender progressivamente à toda estrutura social. Assim, “a luta de classificações é uma dimensão – mas, sem dúvida, a mais bem oculta – da luta de classes” (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1998, p. 144).

Na contemporaneidade, no caso brasileiro, ocorre a massificação na produção de diplomas, principalmente por meio dos estabelecimentos de educação superior privado que concebem o ensino como mercadoria e visam somente ao lucro, apresentando-se similar às empresas capitalistas e inserindo os alunos egressos no mercado de trabalho sem a qualificação mínima necessária para exercerem a profissão escolhida. Em outras palavras, o portador de diploma é habilitado para exercer a carreira pretendida na sociedade, mas não possui o conhecimento/técnica exigido. Para ilustrar essa discussão, recorre-se à citação seguinte, que exemplifica o caso com “o diploma de um engenheiro”, a qual é uma carreira que ocupa lugar

de destaque entre as profissões, mas carrega signos distintivos simbólicos que só estão completos quando esse engenheiro é pertencente à burguesia e concluiu seu curso em renomadas e tradicionais faculdades. Neste sentido, o simbólico desse diploma não é legitimado se um filho de operário for engenheiro formado em uma simples e desconhecida faculdade. Assim, essa discussão está presente na citação, a seguir:

Portanto, na definição tácita do diploma, ao assegurar *formalmente* uma competência específica (por exemplo, um diploma de engenheiro), está inserido que ele garante *realmente* a posse de uma "cultura geral", tanto mais ampla e extensa quanta mais prestigioso for esse documento; e, inversamente, que é impossível exigir qualquer garantia real sobre o que ele garante formal e realmente, ou, se preferirmos, sobre o grau que é a garantia do que ele garante. Este efeito de imposição simbólica atinge sua máxima intensidade com os alvarás da burguesia cultural: certos diplomas - por exemplo, aqueles que, na França, são atribuídos pelas *Grandes Écoles* - garantem, sem outras garantias, uma competência que se estende muito além do que, supostamente, e garantido por eles (BOURDIEU, 2017, p. 28-29).

A legitimação do diploma não corresponde ao cargo desejado quando há um desnível entre o capital cultural e, às vezes, o capital social (prestígio) que o indivíduo possui exigido para exercer a profissão. Também se refere à escolha dos bens que os indivíduos realizam, a qual cria certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Isto demonstra que os bens são a parte visível da cultura. Dessa forma, as perspectivas não são fixas, nem são aleatoriamente arranjadas, pois suas estruturas são ancoradas nos propósitos sociais humanos. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). Porém, conforme os autores afirmam, são construções sociais dinâmicas, ou seja, podem ser reestruturadas de acordo com as finalidades da sociedade.

O cenário ilustrou o crescimento de um novo setor no mercado de ações - a educação superior -, sobretudo após a criação de grupos educacionais que se deu por meio da compra e/ou fusões de instituições de pequeno e médio porte pelas instituições, empresas estrangeiras com tradição em seus países de origem, e começaram um novo movimento na bolsa de valores, atraindo investidores de outros segmentos da sociedade para a educação.

O contexto dos parágrafos acima apresenta uma relação com trabalhos publicados por Boaventura Santos. Assim, ao ler os textos sobre a temática ES, é possível notar que com a problemática aqui lançada ocorreu

[...] a massificação da universidade [que] não atenuou a dicotomia, apenas deslocou para dentro da universidade pelo dualismo que introduziu entre universidade de elite e universidade de massas [...] a democratização da universidade traduziu-se na diferenciação-hierarquização entre universidades e outras instituições de ensino superior (SANTOS, 2013, p. 380).

Isto confirma que há muitas ES particulares de excelência, mas a maioria não é, e nos piores casos são: “[...] meras fabriquetas de diplomas-lixo [...] sob suspeita de serem fachadas para lavagem de dinheiro e/ou tráfico [...]” (SANTOS, 2013, p. 492). Entende-se que, dessa forma, para os egressos dos estabelecimentos com pouca tradição no setor educacional, o benefício simbólico do diploma e ascensão social podem ser uma ilusão e/ou uma promessa não cumprida.

No tocante à relação qualidade de ensino e a produção do conhecimento à serviço do capital, a qualidade educativa estaria associada ao lucro, desenvolvimento do empreendedorismo e competências profissionais apropriadas às mudanças no mundo do trabalho. Assim, a educação “seria subsidiária da racionalidade empresarial, em que prevalecem o individual sobre o comunitário, o privado sobre o público [...]. Educação de qualidade seria, na perspectiva neoliberal, a que equipa o indivíduo com conhecimentos e técnicas úteis [...] (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 1226-27).

O contexto apresentado trata-se de um movimento global que apresentou uma aliança perfeita entre produção de conhecimento por meio do ensino superior e mercado de capitais como uma via altamente lucrativa produzida pelo movimento da mercadorização das instituições de ensino superior, o que impactou no valor do diploma na sociedade contemporânea, o qual passa a ter um signo distintivo dentro do mercado de trabalho, ou seja, no campo em que os agentes estão em uma disputa por posição, hierarquia e reconhecimento.

Considerações finais

A partir do exposto, entende-se que a sociedade contemporânea está inserida em uma nova economia cultural global que produz um contexto social complexo e estratificado inserido no processo de mundialização do capital, o que intensificou as relações sociais em escala mundial de maneira que os acontecimentos locais sejam modelados por eventos distantes. Nesse processo, o capitalismo passa a ser a influência globalizante fundamental em função de ser uma ordem econômica e não política.

Nesse contexto, na sociedade descrita, o espírito do capitalismo manifesta-se indissociavelmente, em cada momento, nas evidências com que os executivos têm quanto às "boas" ações que devem ser realizadas para a obtenção do lucro e quanto à legitimidade dessas ações, além das justificações em termos de bem comum, necessárias para responder à crítica e explicar-se perante os outros, os executivos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Em analogia ao tema discutido, os conteúdos ensinados nas universidades, sobretudo privadas pertencentes

aos grupos educacionais mencionados no texto, é um “pacote pronto” para diferentes profissões ou finalidades que é passado ao aluno como uma opção viável para ascensão social, aquisição de cultura e saberes técnicos exigidos pela profissão escolhida. Contudo, sabe-se que cada diploma carrega signos distintivos simbólicos, o qual não é legitimado quando inserido em um contexto diferente da sua origem. Isto foi exemplificado nessa discussão, através do indivíduo que possui um diploma de engenharia, em uma instituição de ensino superior sem prestígio social, ou seja, sem tradição no ramo educacional, provavelmente esse engenheiro não terá um reconhecimento dentro do campo.

Dessa forma, as mudanças na educação superior não foram somente em relação à criação de novas categorias administrativas e jurídicas, mas também a introdução do setor no mercado de ações por meio do processo de mercadorização da educação superior brasileira que ocorreu após a criação de leis que regulamentassem tanto o surgimento de novas instituições com fins lucrativos quanto a efetivação dessa atividade na bolsa de valores, sobretudo após a criação dos “Grandes Grupos Educacionais” (conglomerado de faculdades menores). Assim, a inserção desses grupos no mercado financeiro foi denominada de financeirização da educação, ou seja, a introdução do setor no capitalismo de finanças.

O cenário da mercadorização do ensino superior privado está inscrito na produção de sujeitos úteis por meio de uma lógica matemática - a produção de conhecimento no ensino superior privado está para a sociedade assim como a formação desses indivíduos está para o mercado, isto é, através de uma lógica diretamente proporcional, o conhecimento está à serviço do empresariado, logo, do capital. As consequências da financeirização do ensino superior são que a educação passa a ser uma mercadoria que possui como estratégia utilizada reproduzir o capital no contexto dos preceitos neoliberais e das organizações multilaterais, configurando-se como um serviço não exclusivo do Estado, mas inserido na lógica do mercado. Isto significa que a aprendizagem, para essas instituições mercadológicas, ocupa um valor reduzido diante dos resultados financeiros.

Por outro lado, a formação em questão contrasta-se com uma formação de pessoas que tenham como valores temas ligados à cidadania, a partir de uma integração construtiva na vida democrática com um incremento ético, enfatizando o valor nos espaços públicos e os processos de autonomia a contrapor-se às assimetrias geradas nas esferas econômicas, sociais e culturais, diferentemente do que está imperando na sociedade contemporânea, o individualismo.

AGRADECIMENTOS: CNPq e Capes.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **As Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa. Teorema, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos Campos. *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. *In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 156-183.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A Distinção**. São Paulo: Zouk Editora, 2017.

BOURDIEU, P; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: Relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. *In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A (org.). Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CALEFFI, P.; MATHIAS, A. J. L. **Universidade S.A.:** As companhias de capital aberto da educação superior no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, abr. 2005.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O Mundo dos Bens**: Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro. EdUFRJ, 2004.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAPYDA, I. F. C. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, 2018, p. 331-342. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.137236>.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p.15-35, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022

Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, J.; CASAGRANDE, N.; KERBAUY, M. T. M. Uma análise sobre a financeirização do ensino superior e os efeitos da produção do diploma como um signo de distinção social. **Rev. Sem Asp**, Araraquara, v. 11, n. esp. 1, e022022, 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11iesp.1.17520>

Submetido em: 17/09/2022

Revisões requeridas em: 18/10/2022

Aprovado em: 12/11/2022

Publicado em: 26/12/2022

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.

